

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.589.876 - RS (2019/0286456-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**AGRAVANTE** : RUMO S.A  
**ADVOGADOS** : MARINA VILHENA GALHARDO - SP322211  
CAROLINA PAES MADUREIRA ARAUJO - SP343618  
**AGRAVADO** : SAULA PEREIRA MADEIRA - POR SI E REPRESENTANDO  
**AGRAVADO** : I M DE O (MENOR)  
**AGRAVADO** : T M O  
**ADVOGADO** : ALEX HERDER DE MORAIS - RS0059733

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por RUMO S.A. em desafio à decisão que inadmitiu recurso especial, este manejado com fundamento nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, assim ementado (e-STJ, fl. 425):

*"APELAÇÃO CÍVEL. TRANSPORTE. TRANSPORTE DE PESSOAS. AÇÃO CONDENATÓRIA POR DANOS MORAIS. ATROPELAMENTO DE PEDESTRE VIA FÉRREA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DA CONCESSIONÁRIA. CULPA CONCORRENTE DO PEDESTRE. DANO MORAL "IN RE IPSA" DECORRENTE DA PERDA DE ENTE FAMILIAR. AÇÃO AJUIZADA PELAS FILHAS E PELA EX-COMPANHEIRA DO "DE CUJUS". "QUANTUM" INDENIZATÓRIO. JUROS DE MORA E CORREÇÃO MONETÁRIA.*

*1- A empresa concessionária do serviço de transporte por via férrea submete-se a regime de responsabilidade objetiva, em relação a usuários e não usuários do serviço (conforme o art. 37, §6º, da Constituição da República, e o teor do julgamento do Recurso Extraordinário n.º 591.874, pelo STF), e tem responsabilidade pelo atropelamento de pedestre, na hipótese em que deixar de guarnecer a via férrea com cautelas de segurança para o trânsito de pedestres nas proximidades, sobretudo em locais urbanos e populosos (conforme o teor do julgamento do Recurso Especial n.º 1.172.421, pelo STJ). No caso concreto, estão presentes os pressupostos necessários à responsabilização da transportadora ré, ao mesmo tempo em que se verifica concorrência de culpa, por parte do pedestre vítima do atropelamento, tendo em vista o seu estado de embriaguez, quando colhido pela locomotiva, conforme prova técnica produzida no feito.*

*2- A perda de ente familiar caracteriza dano moral "in re ipsa",*

*como tem reiteradamente declarado esta Corte, em demandas análogas, assim cabendo à ré o pagamento de montante indenizatório correspondente a 50 (cinquenta) salários mínimos para as co-autoras Iasmim e Tauana, porque já abatida a parcela de culpa da vítima. Montantes que devem ser acrescidos de juros de mora, desde a data do evento danoso (Súmula n.º 54/STJ), e de correção monetária, pelo IGP-M, desde a presente sessão de julgamento (Súmula n.º 362/STJ). Indenização por dano moral que, todavia, não faz jus a co-autora Saula, porque não verificado abalo extra patrimonial, dada a sua condição de ex-companheira do "de cujus", já ao tempo do seu atropelamento e óbito. Apelação cível parcialmente provida, por maioria, vencido o Des. Umberto Guaspari Sudbrack, que lhe dava total provimento."*

Em suas razões, a recorrente aponta violação dos arts. 186 e 927 do Código Civil; 20, 24 e 25 da Lei 10.233/2001; 17, § 2º, do Decreto 2.681/1912; 927, III, do CPC/2015; e 10, § 4º, e 12 do Decreto 1.832/1996, além de dissídio jurisprudencial.

Sustenta, em suma, que não pode ser responsabilizada pelos danos decorrentes de atropelamento em via férrea, tendo em vista que adotou todas as medidas de segurança necessárias e que houve culpa exclusiva da vítima pelo evento.

Acentua que *"a atitude da vítima de permanecer agachada, imóvel e completamente embriagada na via férrea configurou motivo determinante para a ocorrência do acidente, rompendo o nexo de causalidade entre o dano e a conduta da recorrente"* (e-STJ, fl. 471).

Em juízo de admissibilidade, o Desembargador 3º Vice-Presidente do Tribunal local negou seguimento ao recurso, com base no art. 1.030, I, "b", do CPC/2015.

Contra tal *decisum* foi interposto o presente agravo em recurso especial.

É o relatório. Passo a decidir.

É incabível a interposição do agravo, previsto pelo art. 1.042, *caput*, do CPC/2015, contra decisão proferida pelo Tribunal de origem que, após a vigência do CPC/2015 (18/3/2016), nega seguimento ao recurso especial, com base na conformidade da decisão recorrida com precedente do STJ estabelecido por ocasião do julgamento de recurso repetitivo.

Isso porque, *"ante a disposição expressa do art. 1.030, § 2º, do Código Fux, inexistente dúvida objetiva acerca da insurgência cabível, não sendo possível a*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*aplicação da fungibilidade recursal ou instrumentalidade das formas*" (AgInt no EDcl no AREsp 1.066.154/MG, Rel. Napoleão Nunes Maia Filho, DJe de 19/11/2019).

Assim, diante de decisão de inadmissão do recurso especial publicada na vigência do novo Código de Processo Civil, em 25/7/2018 (e-STJ, fl. 498), não é possível o conhecimento do agravo.

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, I, do RISTJ, não conheço do agravo em recurso especial.

Com supedâneo no art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários advocatícios devidos ao recorrido em 1% (um por cento).

Publique-se.

Brasília/DF, 26 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO

Relator